

estudo opõe ruralistas e ambientalistas no STF

 reporterbrasil.org.br/2026/04/estudo-ruralistas-stf-moratoria-soja

Carlos Juliano Barros

April 15, 2026

UM ESTUDO defendido pela Aprosoja (Associação Brasileira dos Produtores de Soja), mas questionado por acadêmicos e ambientalistas, vai estar no centro do debate sobre a chamada “moratória da soja”, durante audiência marcada pelo ministro Flávio Dino para a quinta-feira (16), no STF (Supremo Tribunal Federal).

Usado como argumento técnico pela entidade do agronegócio contra a moratória, o documento sustenta que o pacto empresarial criado há quase duas décadas — e que proíbe a compra de grãos produzidos em áreas desmatadas na Amazônia depois de julho de 2008 — não teria reduzido o desmatamento no bioma. Especialistas ouvidos pela reportagem, no entanto, contestam a análise e apontam falhas metodológicas.

Elaborado pelo IBCI (Instituto Brasileiro de Concorrência e Inovação), o documento está anexado a um julgamento em curso no STF sobre leis estaduais do Mato Grosso e de Rondônia que retiram benefícios fiscais das tradings (comercializadoras) de grãos que aderirem a compromissos voluntários de sustentabilidade. Por causa dessas legislações, defendidas por sojicultores, multinacionais como ADM, Bunge e Cargill abandonaram a moratória, [por receio de perderem incentivos estaduais bilionários](#).

A audiência de conciliação prevista para quinta-feira foi convocada pelo relator do caso, ministro Flávio Dino. O objetivo do encontro é tentar aproximar produtores rurais, empresas processadoras dos grãos e organizações ambientalistas.

O que diz o estudo do IBCI

O documento tem três pontos centrais. Primeiro, sustenta que a moratória não teria efeito ambiental comprovado. Em segundo lugar, diz que o acordo trouxe prejuízos econômicos aos produtores de soja. Por fim, afirma que impor restrições além das previstas na legislação ambiental brasileira seria ilegal.

Argumentos semelhantes já haviam aparecido na audiência realizada pelo STF em 19 de março. Na ocasião, representantes da Aprosoja e da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) defenderam teses alinhadas ao estudo.

Durante a audiência, o advogado da Aprosoja afirmou, por exemplo, que a moratória “atropela o nosso Código Florestal” e disse que cerca de “95% do desmatamento na região monitorada não estariam relacionados à soja”. Já a advogada da CNA classificou a política como um “cartel clássico” e “à margem da lei”.

Organizações da sociedade civil, por outro lado, defendem o legado da moratória da soja. Estudo do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) aponta que o fim do pacto pode elevar em até 30% a área desmatada na Amazônia até 2045, com emissões acumuladas da ordem de 20 bilhões de toneladas de dióxido de carbono decorrentes da conversão de floresta em áreas de exploração agrícola.



Sobrevoo do Greenpeace área de desmatamento no município de Lábrea, Amazonas, em março de 2022
(Foto: Christian Braga/Greenpeace)

Em quase duas décadas, a moratória teria se consolidado como referência para dissociar a expansão da soja do desmatamento na Amazônia, segundo porta-vozes de diferentes entidades ambientalistas, como Greenpeace, WWF-Brasil, Imaflora e Ipam.

Dados do próprio setor indicam que a área média desmatada nos municípios monitorados caiu 69%, de 11.424 km²/ano entre 2002 e 2008 para 3.526 km²/ano de 2009 a 2022. A área plantada com soja no bioma, por sua vez, aumentou 344% no período. Ou seja: a expansão das lavouras foi acompanhada da redução do desmatamento — e a moratória também contribuiu para esse cenário, defendem ambientalistas.

Em entrevista por e-mail à **Repórter Brasil**, os autores do estudo do IBCI, Cristiano Oliveira e Eduardo Gaban, afirmam que a análise foi feita de forma independente, sem interferência de associações do agronegócio.

“A convergência de conclusões entre um estudo acadêmico e outros atores não diz nada sobre a origem ou a integridade do estudo. Diz apenas que diferentes pessoas, partindo de pontos distintos, chegaram ao mesmo lugar”, dizem os autores. Oliveira é professor de economia da FURG (Universidade Federal do Rio Grande). Já Gaban é advogado e professor da USP (Universidade de São Paulo). Leia as [respostas na íntegra](#).

Registros públicos levantados pela reportagem mostram que Oliveira e Gaban já estiveram em reuniões no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), onde também tramita um processo administrativo sobre a moratória, com participação de representantes da Aprosoja e da CNA. Segundo ambientalistas, a proximidade levanta dúvidas sobre possível conflito de interesses.

Autores atribuem queda do desmatamento a ‘políticas estatais’

De acordo com os autores do estudo apresentado pela Aprosoja, o efeito da moratória sobre o desmatamento seria “estatisticamente indistinguível de zero”.

“Os resultados demonstram que as reduções dramáticas no desmatamento amazônico entre 2004 e 2012 (queda de 83,5%, de 27.772 km² para 4.571 km²) decorrem primordialmente de políticas estatais”, afirmam os autores.

Dentre essas políticas, estariam o aumento da fiscalização ambiental, as restrições de crédito rural, o monitoramento por satélite e a criação da “Lista de Municípios Prioritários”, instrumento do governo federal que identifica cidades com altos índices de desmatamento na Amazônia.

Os autores também argumentam que apenas 2,4% da supressão de vegetação na Amazônia estaria diretamente associada à expansão da soja, enquanto 97,6% decorreriam de outras atividades econômicas, especialmente pecuária e especulação fundiária.

“Se medíssemos apenas aqueles 2,4%, poderíamos concluir que a política funcionou, mas estaríamos ignorando o que acontece na floresta como um todo. Nossa pergunta de pesquisa é mais ambiciosa e mais honesta: a Amazônia foi efetivamente protegida? Para isso, só o desmatamento total responde”, afirmam os autores à reportagem.

Ambientalistas apontam erro de abordagem

Segundo especialistas ouvidos pela reportagem, o estudo falha ao mensurar os efeitos da moratória da soja. Ao se debruçar sobre o desmatamento total na Amazônia, a análise deixaria de capturar o efeito específico do pacto, que atua sobre a expansão da soja nas áreas recém-desmatadas.

“Apesar de frear o desmatamento total, a moratória tem o objetivo [particular] de reduzir o desmatamento causado pela expansão da soja”, afirma Tiago Reis, especialista em conservação do WWF-Brasil.

Fontes ouvidas pela reportagem também contestam uma das principais hipóteses do estudo: a de que o efeito da moratória não poderia ser isolado de outras políticas públicas e que, por essa razão, seria irrelevante.

Segundo eles, essa dificuldade já é reconhecida na literatura científica, mas não invalida resultados já produzidos. “Ninguém nunca afirmou que a moratória da soja é a principal causa da redução do desmatamento, tornando irrelevantes a fiscalização ou a criação de unidades de conservação”, rebate Raoni Rajão, professor da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e ex-diretor do Ministério do Meio Ambiente.

Pesquisas que comparam diferentes regiões mostram que, após a implementação da moratória, a conversão direta de vegetação nativa para lavouras de soja caiu de cerca de 30% para até 2% na Amazônia. Já no Cerrado — especialmente no Matopiba, que reúne partes de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia — essa taxa varia de 25% a 30%.

Para Rajão, a diferença entre as regiões indica o efeito da moratória sobre a dinâmica de desmatamento, ainda que combinado a outras políticas públicas. “Não tem como não atribuir isso como resultado positivo do ponto de vista ambiental”, afirma o professor da UFMG.



Vista aérea da fazenda em Altamira (PA), vizinha à rodovia Transamazônica. Ambientalistas defendem legado de moratória da soja no combate ao desmatamento (Fernando Martinho/Repórter Brasil)

Recorte do estudo exclui as áreas mais desmatadas

A metodologia do estudo também é questionada por excluir da análise os municípios prioritários para o combate ao desmatamento, onde a pressão sobre a Amazônia é maior.

Os autores do documento defendido pela Aprosoja afirmam que a decisão é necessária para separar os efeitos da moratória de outras políticas públicas direcionadas a esses territórios.

“Se mantivéssemos esses municípios na análise, seria matematicamente impossível separar o que foi resultado da pressão do Estado do que foi resultado do acordo privado das tradings”, dizem os autores do estudo em resposta por escrito à **Repórter Brasil**.

Fontes ouvidas pela reportagem, no entanto, contestam a escolha. “Eles falam assim: vamos tirar os municípios que estão desmatando muito, porque só vamos analisar os municípios que estão desmatando pouco. Não faz sentido”, afirma Rajão, professor da UFMG.

Para Tiago Reis, da WWF, o estudo apresenta problemas estruturais. “O estudo é metodologicamente falho. A todo momento, a evidência [de dados] vai sendo moldada ao argumento”, resume.

Estudo aponta prejuízo no preço da soja; ambientalistas contestam

A análise econômica do estudo do IBCI sustenta que produtores rurais de áreas atingidas pela moratória receberiam menos pelo grão do que aqueles fora dessas regiões. A conclusão se baseia em informações declaradas pelos sojicultores, posteriormente cruzadas com bases oficiais.

Ana Clis Ferreira, porta-voz da frente de desmatamento zero do Greenpeace Brasil, contesta a interpretação e diz que diferenças de preço estão mais relacionadas a fatores como acesso a rotas de escoamento e condições climáticas do que à moratória em si.

“A soja acaba sendo mais barata ou mais lucrativa em municípios que estão mais perto de zonas de escoamento. E a gente tem uma questão climática que a cada ano que passa está condicionando mais o plantio”, explica..

As informações sobre os preços da soja analisadas no estudo do IBCI foram coletadas por uma consultoria independente, sem envolvimento dos pesquisadores. No total, 1.091 produtores de 94 municípios de Mato Grosso teriam participado voluntariamente do levantamento — o que, segundo o próprio estudo, “pode gerar viés de autosseleção”. Embora os autores afirmem ter cruzado as informações com bases oficiais, a principal fonte continua sendo autodeclarada.

“Fomos convidados a analisar os dados já coletados, e nossa contribuição foi estritamente técnica e não remunerada”, afirmam. Para especialistas, a falta de transparência sobre a origem e o recorte da amostra pode comprometer a interpretação dos resultados.

Autores já participaram de reuniões no Cade com entidades do agro

A disputa sobre a moratória da soja se intensificou no segundo semestre de 2025, com o avanço de ações no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). O órgão vinculado ao Ministério da Justiça analisa se o acordo poderia ser caracterizado como prática anticoncorrencial.

A Aprosoja e a CNA argumentam que a iniciativa funcionaria como uma coordenação entre multinacionais para restringir a compra de soja e controlar preços, o que poderia configurar uma espécie de cartel. Ambientalistas, no entanto, rejeitam essa interpretação.

“Cartel é um acordo entre empresas para eliminar ou restringir a concorrência. No caso da moratória, as tradings se uniram para limitar o desmatamento na cadeia, não para excluir competidores”, afirma Tiago Reis, do WWF-Brasil.

Em setembro do ano passado, o Cade suspendeu a moratória por avaliar que o acordo poderia configurar prática anticoncorrencial. Em novembro, o ministro do STF Flávio Dino suspendeu os processos em curso no país, incluindo o do Cade, e centralizou a discussão na suprema corte.

Registros públicos indicam que Eduardo Gaban e Cristiano Oliveira, autores do estudo do IBCI, já estiveram em reuniões na sede do Cade, em Brasília, que também contaram com representantes de entidades ruralistas críticas à moratória.

No caso de Gaban, a pauta do encontro menciona especificamente a Aprosoja. Já nas três reuniões com a presença de Oliveira, os registros também indicam a presença da advogada da CNA, Amanda Oliveira.

Segundo Oliveira, as reuniões estariam ligadas a um parecer técnico elaborado para a CNA, durante sua licença acadêmica. Ele afirma que não recebeu remuneração pela participação no Cade, embora suas despesas de viagem tenham sido parcialmente custeadas pela entidade. Já Gaban diz ter atuado, também sem remuneração, a convite de um escritório envolvido no processo em discussão no Cade.

O Cade informou que reuniões com partes envolvidas são práticas comuns e que a lista de participantes é pública, mas não comentou o conteúdo discutido. A reportagem também procurou Aprosoja e CNA, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

‘Avanço do desmatamento compromete soberania nacional’

Na avaliação de Ana Paula Valdiones, coordenadora do programa de conservação e clima do ICV (Instituto Centro de Vida), o combate ao desmatamento está diretamente ligado à soberania nacional. “É uma discussão de interesse nosso, sobre como a gente quer preservar ou não nossas florestas”.

Na mesma linha, Ana Clis Ferreira, do Greenpeace, contesta a leitura de que a moratória, por ser um acordo privado, configuraria prática anticoncorrencial ou afronta à soberania. “O que efetivamente compromete a soberania nacional é o avanço do desmatamento”, afirma.

O embate ocorre em meio a incertezas sobre o futuro da moratória. Após mudanças legais em Mato Grosso, [empresas deixaram o acordo](#), enquanto [compradores europeus](#) sinalizaram preocupação. Estudo da UFMG indica que o enfraquecimento da política pode ampliar o risco de desmatamento e comprometer o acesso a mercados mais exigentes.

“É um enfraquecimento grande desse acordo, uma sinalização negativa e um retrocesso no aspecto dos compromissos de combate ao desmatamento”, afirma Valdiones.

A **Repórter Brasil** também procurou a Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), entidade que representa as principais compradoras de soja em operação no país, , mas não recebeu posicionamento até a conclusão desta reportagem. O espaço segue aberto a manifestações.